



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Mata - Agência de Florestas e Biodiversidade de Piranga

Parecer nº 16/IEF/AFLOBIO PIRANGA/2021

PROCESSO Nº 2100.01.0055070/2021-35

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: BIOSEV S.A.	CPF/CNPJ: 15.527.906/0029-37
Endereço: VILA LUCIANIA, S/N	Bairro: ZONA RURAL
Município: LAGOA DA PRATA	UF: Minas Gerais
Telefone: (37) 3261-3370	E-mail: deboraeamb@gmail.com
CEP: 35590-000	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

() Sim, ir para o item 3 (X) Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: EDSON BATISTA LASMAR	CPF/CNPJ: 357.509.796-87
Endereço: RUA MARIA INACIA DE MIRANDA, 53	Bairro: INGÁ
Município: BETIM	UF: Minas Gerais
Telefone: 	E-mail: deboraeamb@gmail.com
CEP: 35632.060	

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: FAZENDA SÃO FRANCISCO	Área Total (ha): 302,7591
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 23.301 e 23.302	Município/UF: BOM DESPACHO
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3107406-69A9.2ADE.6D8B.47D6.8C3E.569D.1374.C4B3	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	420	Unidades

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	420	Unidades	23 K		

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Agricultura	Plantio de Cana	223,00

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	Cerrado		223,00

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha	Lenha de vegetação nativa	175,1966	M³
Madeira	Madeira de vegetação nativa	1,0648	M³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: **06/09/2021 / 10/09/2021**Data da vistoria: **Sem Vistoria devido às medidas de proteção contra o COVID-19**

Data de solicitação de informações complementares: **22/10/2021**

Data do recebimento de informações complementares: **23/11/2021**

Data de emissão do parecer técnico: **08/12/2021**

2. OBJETIVO

É objeto deste parecer analisar a solicitação para o corte de 420 árvores isoladas nativas vivas, que se encontram em uma área de 223,0 ha com objetivo de facilitar o plantio e manejo da cultura de cana de açúcar no imóvel denominado Fazenda São Francisco (matrículas 23.301 e 23.302, de propriedade de EDSON BATISTA LASMAR e arrendada para a empresa BIOSEV S/A).

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

A Fazenda São Francisco, imóvel para o qual se requer autorização para intervenção ambiental, é constituída da matrículas 23.301 e 23.302, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bom Despacho. Com área equivalente a 302,7591 hectares, o imóvel se encontra integralmente inserido em área sob domínio do Bioma Cerrado. Ainda conforme Mapa de Uso e Ocupação do Solo o imóvel é constituída por pastagem com capim brachiaria, várzea e vegetação nativa da fitofisionomia cerrado.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: **MG-3107406-69A9.2ADE.6D8B.47D6.8C3E.569D.1374.C4B3**

- Área total: **302,7591 ha**

- Área de reserva legal: **60,6207 ha**

- Área de preservação permanente: **2,3750 ha**

- Área de uso antrópico consolidado: **241,6894 ha**

- Qual a situação da área de reserva legal: Não se aplica, conforme Artigo 88 do Decreto Estadual 47.749/19

() A área está preservada: **60,6207 ha**

() A área está em recuperação: **0,00 ha**

() A área deverá ser recuperada: **0,00 ha**

- Formalização da reserva legal:

(**X**) Proposta no CAR (**X**) Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento: AV. 3 - 23.301 e AV. 3 - 23.302

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(**X**) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 02 fragmentos

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR estão de acordo com o observado a partir da análise de levantamentos do imóvel e imagens de satélite. Cabe destacar que a atividade definida como consolidada no imóvel, refere-se a pecuária, desenvolvida na propriedade.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Conforme Requerimento para Intervenção Ambiental, a intervenção pleiteada consiste no Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas (420 indivíduos), em área equivalente a 223,00 ha, com o objetivo de implantar a cultura de cana de açúcar.

A intervenção requerida se encontra cadastrada no SINAFLOR por meio do projeto nº 23115501.

A Fazenda São Francisco vem sendo utilizada a anos como pastagem consolidada, possuindo nesse caso, características típicas de área antropizada, consistindo em espécies arbóreas e arbustivas esparsas (isoladas) com predominância de gramíneas forrageiras.

A área objeto da supressão, será utilizada para a produção agrícola, decorrentes da introdução de Cana-de-Açúcar (*Saccharum officinarum*), conforme as modernidades tecnológicas de mecanização atuais, de forma a se otimizar a produção e aumentar a receita proveniente da propriedade.

Taxa de Expediente:

A Taxa de Expediente referente ao requerimento de intervenção ambiental foi recolhida por meio do DAE nº **1401104498286**, no valor de **R\$ 1.368,57**, referente ao corte de árvores isoladas nativas vivas em uma área de 223,00 hectares. O valor relacionado ao referido DAE foi recolhido em **09/08/2021**, estando o valor de acordo com o previsto na Lei nº 6.763 de 1975.

Taxa florestal:

O recolhimento da Taxa Florestal ocorreu por meio do DAE 2901104499531, em 09/08/2021, referente a 175,1966 m³ de Lenha de Floresta Nativa no valor de R\$ 971,80.

Também foi recolhida a Taxa Florestal por meio do DAE 2901104501676, em 09/08/2021, referente a 1,0648 m³ de madeira de floresta nativa no valor de R\$ 39,27.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23115501.

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: **Baixa**
- Prioridade para conservação da flora: **Muito Baixa**
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: **Não classificada**
- Unidade de conservação: O imóvel não se encontra no interior ou zona de amortecimento de unidades de conservação.
- Áreas indígenas ou quilombolas: O imóvel não se encontra em terras indígenas ou quilombola, tampouco em raio de restrição destas.
- Outras restrições: Espécies consideradas de preservação permanente e imunes de corte conforme Lei Estadual 20.308/12.

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: G-01-03-1 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura- Atividades licenciadas: Não se aplica
 - Classe do empreendimento: 1
 - Critério locacional: 0
 - Modalidade de licenciamento: LAS/RAS
 - Número do documento: 977/2020
- Conforme requerimento de intervenção ambiental o empreendimento pretende desenvolver a atividade G-01-03-1 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura em área de 223,0 ha, se enquadrando nos termos da Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017. sendo passível de licenciamento ambiental.

4.3 Vistoria realizada:

A vistoria para o processo em análise foi realizada de forma remota, utilizando-se de imagens de satélite e de outras ferramentas de geoprocessamento.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Plana a levemente ondulada
- Solo: A Fazenda São Francisco possui solo característico de Cambissolo, conforme informado no Plano de Utilização Pretendida.
- Hidrografia: A APP da propriedade compreende uma área de 2,3750 ha (indicada no levantamento topográfico e no CAR) O imóvel se localiza na Bacia do Rio São Francisco.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Conforme análise das imagens do programa Google Earth, e informado no Plano de Utilização Pretendida, a área requerida para intervenção ambiental se encontra formada por pastagem exótica, sendo identificadas espécies vegetais conhecidas como Pequi, Jatobá, Araticum Cagão, Sucupira, Cagaiteira, Pau Terra dentre outros, totalizando 420 indivíduos arbóreos na área de intervenção ambiental.
- Fauna: Não há relatos acerca da fauna existente na área de intervenção. Cabe destacar que se trata de área antropizada, ocupada por pastagem capim brachiaria.

4.4 Alternativa técnica e locacional: Não se aplica

5. ANÁLISE TÉCNICA

O processo administrativo 2100.01.0055070/2021-68 fora instruído com as peças necessárias a análise técnica. Sendo que tal análise se baseou ainda em dados geoespaciais e outros documentos e estudos da região de localização do imóvel objeto da intervenção requerida.

No que tange à Resolução Conjunta SEMAD IEF nº 1.905/2013 e Decreto 47.749/2019 o requerente cumpriu ao exigido, por meio da apresentação dos documentos.

De acordo com o levantamento florístico da área requerida para intervenção, não foi identificada nenhuma espécie considerada ameaçada de extinção, constante na Portaria MMA 443/2014.

Porém, foi localizada uma espécie considerada de preservação permanente e imune de corte. A espécie Caryocar brasiliense (Pequi) declarada de preservação permanente e imune de corte teve 318 indivíduos identificados.

A área requerida para intervenção ambiental é considerada área rural consolidada, pois se encontra formada em pastagem com capim brachiaria em data anterior a 22 de julho de 2008 e a manutenção das espécies na área dificulta a implantação e o manejo da cultura de cana de açúcar.

Conforme Lei nº 20.308, de 27 de julho de 2012, que altera a Lei nº 10.883, de 2 de outubro de 1992 e a Lei nº 9.743, de 15 de dezembro de 1988 o corte de indivíduos das espécies de Ipê amarelo e Pequi, demanda o plantio de 5 a 10 mudas da espécie a cada indivíduo suprimido no caso do Pequi e de 1 a 5 mudas da espécie a cada indivíduo suprimido no caso do Ipê amarelo, ou o recolhimento, pelo empreendedor de 100 Ufemgs (cem Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais), por árvore a ser suprimida, à Conta Recursos Especiais a Aplicar de que trata a Lei nº 20.308/12 na proporção de 50% dos indivíduos suprimidos.

Como compensação pela supressão dos pequizeiros (Caryocar brasiliense) está sendo proposto o pagamento de indenização à conta de recursos especiais pró-pequi (100 UFEMG's por exemplar suprimido) neste caso, 50% dos exemplares ou seja 159 (cento e cinquenta e nove) árvores. Para os outros 50% (159 cento e cinquenta e nove árvores), será feito o plantio de mudas na proporção de 5x1, isto é, para cada espécime de pequi suprimidos serão plantadas 5 (cinco) mudas, ficando o plantio de 795 (setecentos e noventa e cinco) mudas de pequi em área proposta de 4,62 ha dentro da própria propriedade, conforme Poligonal e Memorial descritivo apresentados no processo.

O local de plantio das 795 mudas será realizado no interior da propriedade, especificamente na área indicada pela poligonal e memorial descritivo apresentados dentro de uma das Glebas de Reserva Legal, para fins de enriquecimento das mesmas, atendendo ao disposto na Lei 20.308/12.

As mudas plantadas deverão receber acompanhamento pelo período de 5 anos, com reposição após 30 dias do plantio inicial e depois com nova reposição após 120 dias do plantio inicial que acontecerá no período chuvoso, posterior a emissão da Autorização para Intervenção Ambiental.

Ante o exposto, tendo sido o processo tramitado regularmente nesta unidade, havendo cumprimento das obrigações relacionadas ao tipo de intervenção requerida, considera-se cumpridos os requisitos técnicos para a segura aprovação do corte de árvores isoladas nativas e devida utilização racional e produtiva do solo na área diretamente afetada.

Quanto à destinação do material lenhoso, esse será aproveitado na forma de **175,1966 m³** de lenha nativa e **1,0648 m³** de madeira de floresta nativa.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Conforme Plano de Utilização Pretendida por não se tratar de uma alteração de uso de solo, considerando ainda que estes não compõem um fragmento florestal, não representará impacto de grande significância ao ambiente local. O impacto social, em contrapartida será positivo, tendo em vista a geração de tributos e empregos diretos e indiretos, bem como o incremento econômico regional.

No entanto, há de se considerar o impacto sob as espécies suprimidas, em especial sobre aquelas consideradas de preservação permanente, interesse comum e imunes de corte. Para estas espécies a própria legislação estabelece condições para sua supressão, cabendo medidas de compensação, conforme mencionadas neste parecer.

Deverá ser realizado o plantio em nível e construção de barraginhas visando acumular água proveniente das chuvas e evitar o aparecimento de processos erosivos, plantio em curvas de nível e terraceamento..

6. CONTROLE PROCESSUAL

[Espaço destinado para o controle processual do processo.]

Fica dispensado, a critério do supervisor, o controle processual para os seguintes processos de intervenção ambiental:

- Todos os processos de corte de árvores isoladas;
- Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;
- Aproveitamento de material lenhoso.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO** do requerimento de Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas de 420 árvores, sendo 318 indivíduos de Pequi, localizadas em um a área de 223,0 hectares da propriedade Fazenda São Francisco de propriedade de **EDSON BATISTA LASMAR** e arrendada para a empresa Biosev S/A, sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção destinado ao uso interno na propriedade.

Observação: Antes da emissão do DAIA o requerente deverá comprovar o pagamento de:

- Taxa referente ao pagamento de 15.900 UFEMG's correspondente ao corte de 159 árvores de Pequi, conforme determina a Lei Estadual nº 20.308, de 27 de julho de 2012;

- Taxa de Reposição Florestal correspondente a um volume de 176,2614 M³ de Lenha/Madeira nativa.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Como forma de compensar a supressão de indivíduos da espécie *Caryocar brasiliense*, considerada de preservação permanente, interesse comum e imunes de corte, nos termos da Lei nº 20.308, de 27 de julho de 2012, respectivamente, o requerente optou pelo recolhimento de 100 UFEMGs referente a 50% das mudas de Pequi suprimidas, ou seja 159 (15.900 UFEMGs) e ao plantio de 795 mudas de Pequi, conforme previsto na Lei nº 20.308/12.

O local de plantio das 795 mudas será realizado no interior da propriedade, especificamente na área indicada pela poligonal e memorial descritivo apresentados, dentro de uma das Glebas de Reserva Legal, para fins de enriquecimento das mesmas, atendendo ao disposto na Lei 20.308/12.

O plantio deverá seguir os procedimentos informados no Plano de Compensação, anexo ao processo bem como seguir o cronograma de execução apresentado.

As mudas plantadas deverão receber acompanhamento pelo período de 5 anos, com reposição após 30 dias do plantio inicial e depois com nova reposição após 120 dias do plantio inicial que acontecerá no período chuvoso, posterior a emissão da Autorização para Intervenção Ambiental.

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: Não se aplica

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

[Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Apresentar relatórios anuais com anexo fotográfico para avaliação da situação do plantio das mudas compensatórias pelo período de 5 anos. Informar quais os tratos silviculturais adotados no período.

O responsável pela intervenção ambiental deverá realizar o cadastro de explorador de produtos de origem florestal junto ao NUCAR/URFBio Centro Oeste.

A Reposição Florestal deverá ser quitada antes da entrega da Autorização para Intervenção Ambiental.

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Apresentar relatórios anuais com anexo fotográfico para avaliação da situação do plantio das mudas compensatórias pelo período de 5 anos. Informar quais os tratos silviculturais adotados no período.	Durante 5 anos após a emissão do DAIA
2	O responsável pela intervenção ambiental deverá realizar o cadastro de explorador de produtos de origem florestal junto ao NUCAR/URFBio Centro Oeste.	Imediato

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

☐ COPAM / URC ☒ SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Sebastiao Carlos Bering
 MASP: 1021307-2

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:
 MASP:

Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Carlos Bering, Servidor**, em 14/12/2021, às 10:14, conforme horário oficial de



Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38382770** e o código CRC **9554C7E5**.

Referência: Processo nº 2100.01.0055070/2021-35

SEI nº 38382770